

Elpídio Donizetti

Curso de
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL

24^a
edição
Revista,
atualizada
e ampliada

 | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 05.02.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editores Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Até a 22ª edição, esta obra era intitulada *Curso didático de direito processual civil*.
- Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D737c
Donizetti, Elpidio

Curso de Direito Processual Civil / Elpidio Donizetti. – 24. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-97-02784-6

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título.

21-69222

CDU: 347.9(81)

Leandra Felix da Cruz Candido _ Bibliotecária – CRB-7/6135

Sumário

Índice dos quadros esquemáticos	LXI
---------------------------------------	-----

Parte Geral

Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

1	O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do Código de Processo Civil de 2015	3
1.	O Direito Processual Civil	3
1.1	Conceito e fontes	3
1.2	O Direito Processual Civil na perspectiva do Código	7
1.2.1	A estrutura do Código atual	8
1.2.2	Os diversos tons do Código atual	9
1.2.3	<i>Ex nihilo nihil fit</i> . O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém	12
1.2.3.1	O Direito Processual no Brasil	13
1.3	O sistema de precedentes consolidado pelo CPC vigente	15
2	A principiologia do Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais	21
1.	Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoprocessualismo e neoprocessualismo	21
1.1	Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo	22
1.2	O “modelo constitucional do processo”	23
2.	Princípios processuais como direitos fundamentais	24
2.1	Introdução: princípios, regras e valores	24
2.2	Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais).....	26
2.3	Positivização infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais ..	27
2.4	Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais	27

3.	Os princípios e as garantias processuais.....	27
3.1	Princípio do devido processo legal	28
3.2	Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º	30
3.3	Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º.....	31
3.4	Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º	32
3.5	Princípio da boa-fé processual – art. 5º.....	33
3.6	Princípio da cooperação – art. 6º	35
3.7	Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º	36
3.8	Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10	38
3.9	Princípio da ampla defesa	39
3.10	Princípio da função social do processo – art. 8º	41
3.11	Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º	41
3.12	Princípio da proporcionalidade – art. 8º.....	43
3.13	Princípio da razoabilidade – art. 8º.....	44
3.14	Princípio da legalidade – art. 8º.....	44
3.15	Princípio da publicidade – art. 8º.....	45
3.16	Princípio da eficiência – art. 8º.....	45
3.17	Princípio da lealdade processual	46
3.18	Princípio da motivação – art. 11	46
3.19	Princípio da cronologia – art. 12.....	47
3.20	Princípio da imparcialidade.....	48
4.	Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência.....	49
4.1	Princípio do juízo natural	49
4.2	Princípio do duplo grau de jurisdição	50
4.3	Princípio da identidade física do juiz	51
4.4	Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível)	51
4.5	Princípio da adequação (ou da adaptabilidade).....	52
4.6	Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição.....	52
4.7	Princípios dispositivo e inquisitivo	52
4.8	Princípio da instrumentalidade das formas.....	53
4.9	Princípio da economia processual	54
4.10	Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado)	54
4.11	Princípio da verdade real.....	55
4.12	Princípio da oralidade	56
4.13	Princípio da liberdade das partes no processo	56
4.14	Princípio da congruência	56
3	Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15)	61
1.	Introdução.....	61

1.1	A lei processual civil no espaço	61
1.2	A lei processual civil no tempo.....	62
1.2.1	Direito intertemporal.....	65
2.	Normas processuais civis como fontes subsidiárias	69
4	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil.....	71
1.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual	71
2.	Jurisdição.....	72
2.1	Conceito de jurisdição	72
2.2	Características da jurisdição	72
2.2.1	Unidade	72
2.2.2	Secundariedade	75
2.2.3	Substitutividade.....	77
2.2.4	Imparcialidade.....	77
2.2.5	Criatividade.....	78
2.2.6	Inércia	79
2.2.7	Definitividade	80
2.3	Princípios da jurisdição	80
2.3.1	Princípio do juízo natural	81
2.3.2	Princípio da improrrogabilidade.....	82
2.3.3	Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade).....	83
2.3.4	Princípio da inevitabilidade.....	84
2.3.5	Princípio da indelegabilidade.....	84
2.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	84
3.	Tutela jurisdicional.....	87
3.1	Principais espécies de tutelas jurisdicionais.....	89
3.2	Sistematização das tutelas jurisdicionais	91
3.3	Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu	94
3.4	Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil.....	95
4.	Meios alternativos de pacificação social	98
4.1	Autotutela	99
4.2	Mediação e conciliação.....	99
4.3	Julgamento por órgão administrativo.....	101
5.	Arbitragem	101
6.	Ação	106
6.1	Conceito e evolução	106
6.2	O CPC/2015 e as “condições da ação”	108
6.3	Elementos da ação.....	110
6.4	Classificação das ações	112
7.	Processo.....	116
7.1	Conceito.....	116

7.2	As várias visões do processo	119
7.2.1	Processo e procedimento	119
7.2.2	Processo como contrato	120
7.2.3	Processo como quase contrato	120
7.2.4	Processo como relação jurídica	121
7.2.5	Processo como situação jurídica	121
7.2.6	Processo como instituição jurídica	122
7.2.7	Processo como procedimento em contraditório.....	122
7.2.8	Processo como entidade complexa	123
7.3	Sujeitos do processo	124
7.4	Espécies de processo	124
8.	Pressupostos processuais.....	125
9.	Pressupostos e requisitos processuais.....	125
10.	Os diversos planos do mundo jurídico	126
10.1	O plano da existência.....	126
10.2	O plano de validade	127
10.3	O plano de eficácia.....	127
11.	Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais.....	128
11.1	Pressupostos processuais subjetivos	128
11.2	Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda.....	131
11.3	Requisitos processuais subjetivos de validade	131
11.4	Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual.....	137
11.5	Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos).....	138
11.6	Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo	140
11.7	Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte.....	144
11.8	Teorias da exposição e da asserção.....	144
12.	Processo eletrônico ou autos virtuais	147
5	A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41)	151
1.	Introdução.....	151
2.	Limites da jurisdição nacional.....	152
2.1	Competência concorrente	153
2.2	Competência exclusiva	155
2.3	Cláusula de eleição de foro.....	156
3.	Cooperação internacional.....	157
3.1	Introdução.....	157
3.2	Autoridade central.....	158
3.3	Reciprocidade	159
3.4	Mecanismos de cooperação internacional.....	159

3.4.1	Auxílio direto (ou assistência direta).....	160
3.4.2	Carta rogatória.....	161
3.4.3	Homologação de sentença estrangeira	162
6	Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69).....	165
1.	Introdução.....	165
2.	Princípios norteadores da competência jurisdicional	165
2.1	Princípio do juízo natural	165
2.2	Princípio da competência sobre a competência (<i>Kompetenz-kompetenz</i>) ...	166
2.3	Princípio da perpetuação da competência (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>) ...	166
3.	CrITÉRIOS determinativos da competência.....	167
3.1	CrITÉRIO objetivo	167
3.1.1	Competência em razão do valor da causa.....	167
3.1.2	Competência em razão da matéria e em razão da pessoa.....	168
3.2	CrITÉRIO funcional.....	171
3.3	CrITÉRIO territorial.....	172
3.3.1	Foro geral	172
3.3.2	Foros especiais	174
4.	Metodologia para determinação da competência.....	177
5.	(In)competência absoluta e relativa.....	178
6.	Modificação da competência.....	180
6.1	Prorrogação.....	181
6.2	Conexão e continência.....	181
6.3	Eleição de foro (derrogação da competência)	184
7.	Prevenção	184
8.	Regra da acessoriedade.....	185
9.	Conflito de competência	186
10.	Cooperação nacional	187
7	Partes e procuradores (arts. 70 a 112).....	193
1.	Partes.....	193
1.1	Conceito.....	193
1.2	Capacidade de ser parte.....	194
1.3	Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação <i>ad processum</i> : diversos nomes para o mesmo conceito.....	196
1.3.1	Capacidade processual dos cônjuges.....	197
1.3.2	Capacidade processual dos entes referidos no art. 75	198
1.4	Incapacidade processual e irregularidade na representação.....	201
1.5	Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	201
1.5.1	Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé.....	204

1.6	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do Código de Processo Civil	207
1.6.1	O pagamento das despesas processuais.....	208
1.6.1.1	Do ônus de adiantar as despesas processuais	208
1.6.1.2	Da obrigação final pelo custo do processo	209
1.6.1.3	Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade.....	210
1.6.2	Os honorários advocatícios.....	212
1.6.2.1	Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais.....	220
1.6.2.2	Titularidade e cobrança dos honorários	222
1.7	Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos.....	231
2.	Procuradores.....	236
2.1	A capacidade postulatória conferida aos advogados	236
2.2	Procuração assinada digitalmente.....	238
2.2.1	Requisitos da procuração	239
2.3	Direitos dos advogados.....	240
3.	Sucessão das partes e dos procuradores.....	242
8	Litisconsórcio (arts. 113 a 118)	243
1.	Conceito	243
2.	Classificação do litisconsórcio.....	243
3.	Hipóteses legais de litisconsórcio.....	245
3.1	Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual.....	246
4.	Litisconsórcio unitário e necessário	246
5.	Litisconsórcio necessário: ativo e passivo	248
6.	Litisconsórcio multitudinário.....	249
7.	Autonomia dos litisconsortes	250
9	Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138).....	255
1.	Noções gerais	255
1.1	Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no CPC/2015... ..	256
2.	Assistência (arts. 119 a 124).....	257
2.1	Conceito.....	257
2.2	Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente	257
2.2.1	Assistência simples.....	258
2.2.1.1	Extensão da coisa julgada, efeitos da interposição de recursos na assistência simples e indiscutibilidade da justiça da decisão	258
2.2.2	Assistência litisconsorcial.....	259
2.3	Limite temporal para admissão do assistente e impugnação	260
3.	Denúnciação da lide (arts. 125 a 129)	262

3.1	Conceito.....	262
3.2	Hipóteses de admissibilidade.....	262
3.3	(Não) obrigatoriedade da denúncia.....	265
3.4	Procedimento.....	266
3.5	Procedimentos que admitem a denúncia.....	266
3.6	A possibilidade de condenação direta de seguradora	267
3.7	Julgamento da denúncia da lide e verbas de sucumbência	269
4.	Chamamento ao processo (arts. 130 a 132).....	270
4.1	Conceito.....	270
4.2	Hipóteses de admissibilidade.....	271
4.3	Procedimento.....	272
4.4	Chamamento ao processo nas ações de alimentos	273
4.5	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor.....	275
5.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137)	276
5.1	Noções gerais	276
5.2	(Des)necessidade de ação autônoma	279
5.3	Legitimidade para a instauração do incidente.....	279
5.4	Descon sideração inversa da personalidade jurídica.....	280
5.5	Hipóteses de cabimento.....	281
5.6	Procedimento para a descon sideração da personalidade jurídica.....	282
5.7	Efeitos da descon sideração.....	283
6.	<i>Amicus curiae</i> (art. 138).....	286
6.1	Introdução.....	286
6.2	O <i>amicus curiae</i> como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais.....	287
6.3	Natureza jurídica	287
6.4	Intervenção do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle de constitucionalidade	288
6.5	A intervenção do <i>amicus curiae</i> nos demais processos judiciais	289
6.5.1	Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i>	290
6.5.2	Procedimento para a intervenção	291
6.5.3	Momento para a intervenção.....	291
6.5.4	Interposição de recursos	292
6.5.4.1	Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção	292
6.5.4.2	Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas	293
6.5.5	Necessidade de advogado.....	294
7.	Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do CPC/2015?.....	295
8.	A intervenção anômala das pessoas de direito público.....	296

10 O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175)	299
1. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	299
2. O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional	308
3. Limites da decisão	309
4. Princípio da identidade física do juiz	310
5. Responsabilidades do juiz	310
6. Impedimentos e suspeição	311
6.1 Recusa dos impedidos ou suspeitos	314
7. Auxiliares da justiça	315
11 As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 do CPC e art. 133 da CF)	321
1. Introdução	321
2. As funções essenciais à justiça	322
2.1 O Ministério Público	323
2.1.1 Natureza da atuação	323
2.1.2 Princípios institucionais	324
2.1.3 Formas de atuação	325
2.1.4 Consequências da ausência do Ministério Público no processo ...	328
2.1.5 Prazos e responsabilidades	328
2.1.6 Impedimento, suspeição e incompetência	329
2.1.7 Legitimidade para recorrer	329
2.1.8 Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil	330
2.2 A Advocacia Pública	334
2.2.1 Funções	335
2.2.2 Autonomia	335
2.2.3 Formas de atuação	336
2.2.4 Prazos e responsabilidades	337
2.3 A Defensoria Pública	338
2.3.1 A Defensoria Pública como cláusula pétrea	339
2.3.2 Funções	339
2.3.2.1 As funções da Defensoria Pública no CPC atual	340
2.3.3 A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade	342
2.3.4 Princípios institucionais	344
2.3.5 Prazos e responsabilidades	345
2.4 A Advocacia Privada	346
12 Atos processuais (arts. 188 a 293)	347
1. Conceito	347
2. Classificação dos atos processuais	348

2.1	Atos das partes.....	348
2.2	Pronunciamentos (ou atos) do juiz.....	349
2.2.1	Sentença.....	349
2.2.2	Acórdão.....	350
2.2.3	Decisão monocrática de relator.....	350
2.2.4	Decisão interlocutória.....	350
2.2.5	Despachos.....	350
2.3	Atos do escrivão.....	351
3.	Forma dos atos processuais.....	351
3.1	Convenção acerca da prática dos atos processuais.....	353
4.	Atos processuais praticados por meio eletrônico.....	355
4.1	Assinatura eletrônica.....	356
4.2	Informática jurídica.....	358
5.	Linguagem utilizada nos atos processuais.....	361
6.	Publicidade dos atos processuais.....	361
7.	O tempo e o lugar dos atos processuais.....	361
8.	Férias e feriados forenses.....	363
9.	Os prazos processuais.....	366
9.1	Classificação dos prazos.....	368
9.2	Principais prazos para a prática de atos processuais.....	370
9.3	O curso dos prazos.....	373
9.4	Contando os prazos.....	376
9.4.1	Termo inicial dos prazos.....	376
9.4.2	Algumas regras especiais sobre contagem de prazo.....	379
9.5	Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública.....	380
10.	Preclusão.....	380
11.	Descumprimento de prazos e penalidades.....	381
12.	Comunicação dos atos processuais.....	382
12.1	Meios pelos quais se realizam as citações e as intimações.....	383
12.2	Citação.....	385
12.2.1	Citação pelo correio. É a regra.....	386
12.2.2	Citação por oficial de justiça.....	387
12.2.3	Citação por edital.....	388
12.2.4	Citação por meio eletrônico.....	388
12.2.5	Efeitos da citação.....	389
12.3	A interrupção da prescrição e da decadência como efeitos do despacho que ordena a citação.....	390
12.4	Declaração de ofício da prescrição e da decadência.....	391
12.5	Intimação.....	392
13.	Nulidades.....	393

13.1	Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia	394
13.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa	394
13.3	Sistema de nulidades no CPC	395
13.3.1	Considerações gerais	395
13.3.2	Momento de arguição da nulidade	396
13.3.3	Decretação da nulidade e seus efeitos	396
13.3.4	Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público	397
13	Tutela provisória (arts. 294 a 311)	403
1.	Noções gerais	403
2.	A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias	405
3.	Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias	407
3.1	A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas (art. 295)	407
3.2	A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada (art. 296, <i>caput</i>) ...	407
3.3	O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297). A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (parágrafo único)	409
3.4	Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz justificará as razões de seu convencimento de modo claro e preciso (art. 298)	410
3.5	A competência para apreciar a tutela provisória será do juízo da causa quando ela for requerida em caráter incidental; será do juízo competente para conhecer do pedido principal quando requerida em caráter antecedente (art. 299)	410
3.6	Tutela provisória e contraditório – a regra é a concessão antes de ouvir o demandado	411
4.	Tutela provisória e recurso	411
5.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	413
6.	Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada)	416
6.1	Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada)	416
6.2	Requisitos para concessão das tutelas de urgência	417
6.3	Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência	418
6.4	Momento para o deferimento das tutelas de urgência	419
6.5	A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada	419
6.6	Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência	421
6.6.1	Sentença desfavorável (art. 302, I)	423

6.6.2	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II)	424
6.6.3	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III) ..	424
6.6.4	Acolhimento da alegação de decadência ou prescrição (art. 302, IV)	425
7.	Da tutela cautelar.....	425
7.1	Das tutelas idôneas para assecuração do direito	425
7.2	A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo	427
7.3	A tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	428
7.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente.....	428
7.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de liminar	429
7.3.3	As possíveis atitudes do réu em face da citação e o encaminhamento do processo	429
7.3.4	Momento para formulação do pedido principal.....	431
7.3.5	E se o pedido principal não for apresentado no prazo de 30 dias da efetivação da tutela cautelar?	433
7.3.5.1	Consequências do indeferimento ou da não efetivação da tutela cautelar	433
7.3.6	O pedido principal – procedimento.....	435
7.3.7	Causas que fazem cessar a eficácia da tutela cautelar.....	436
8.	Da tutela antecipada.....	438
8.1	Linhas gerais sobre a tutela antecipada	438
8.2	Momentos para requerimento e concessão da tutela antecipada.....	439
8.3	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente....	439
8.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	440
8.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de tutela antecipada liminar	441
8.3.3	O aditamento da petição inicial e a citação do réu.....	441
8.3.4	A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente.....	442
8.3.4.1	Estabilização da tutela antecipada – um bicho de duas cabeças	444
8.3.5	Ação revisional da tutela antecipada estabilizada	445
8.3.6	Questões suscitadas acerca da estabilização da tutela antecipada.....	447
8.3.7	A estabilização da tutela antecipada se aplica às ações possessórias?	448
9.	Da tutela da evidência	452
9.1	Noções gerais	452
9.2	Situações jurídico-processuais que ensejam a concessão da tutela da evidência.....	453

14	Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317)	461
1.	Visão geral do processo	461
2.	Formação da relação processual.....	461
2.1	Estabilização do processo.....	462
3.	Suspensão do processo	462
3.1	Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I).....	463
3.2	Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II).....	464
3.3	Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição.....	464
3.4	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	464
3.5	Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, <i>a e b</i>).....	465
3.6	Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI)	466
3.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII)	466
3.8	Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VIII)	467
3.9	Suspensão em razão de parto, adoção ou paternidade (art. 313, IX e X)	467
3.10	Suspensão para verificação da existência de fato delituoso.....	469
4.	Extinção do processo	469

Parte Especial

Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1	Procedimento comum (arts. 318 a 512)	473
1.	Noções gerais	473
2.	Determinação do procedimento	474
3.	Visão geral do procedimento comum	474
4.	Fase postulatória.....	475
4.1	Petição inicial.....	475
4.1.1	Requisitos da petição inicial	476
4.1.1.1	Requisito especial do art. 330, § 2º.....	479
4.1.2	O pedido e suas espécies	480
4.1.3	Alteração do pedido.....	481
4.2	Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação	481
4.2.1	Declaração de impedimento ou de suspeição	481
4.2.2	Emenda da petição inicial.....	482
4.2.3	Deferimento da petição inicial.....	483
4.2.4	Indeferimento da petição inicial	483

4.2.4.1	Recurso do indeferimento da inicial	485
4.2.5	Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar.....	485
4.2.5.1	Recurso contra a decisão de improcedência liminar.....	489
4.3	Audiência conciliatória.....	490
4.4	Resposta do réu.....	493
4.4.1	Exceção de impedimento ou suspeição.....	493
4.4.2	Contestação.....	498
4.4.2.1	Convenção de arbitragem	501
4.4.2.2	Alegação de ilegitimidade do réu.....	502
4.4.2.3	A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu	503
4.4.2.4	Contagem do prazo para a contestação.....	505
4.4.3	Reconvenção.....	505
4.4.4	Sistema de preclusão das diversas modalidades de resposta.....	507
4.5	Revelia.....	508
5.	Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo.....	512
5.1	Extinção do processo	512
5.2	Julgamento antecipado do mérito.....	513
5.3	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	513
6.	Saneamento e organização do processo	514
7.	Fase instrutória ou probatória	516
7.1	Audiência de instrução e julgamento	517
7.2	Provas.....	519
7.2.1	Produção antecipada da prova	524
7.2.2	Ata notarial	526
7.2.3	Depoimento pessoal	526
7.2.4	Confissão.....	528
7.2.5	Exibição de documento ou coisa.....	529
7.2.6	Prova documental	532
7.2.7	Arguição de falsidade	534
7.2.8	Documentos eletrônicos	536
7.2.9	Prova testemunhal.....	537
7.2.10	Prova pericial.....	541
7.2.10.1	Indeferimento e dispensa da prova pericial.....	542
7.2.10.2	Prova técnica simplificada	542
7.2.10.3	Perícia consensual	543
7.2.10.4	Procedimento.....	543
7.2.10.5	Requisitos do laudo pericial.....	546
7.2.10.6	Nova perícia	547
7.2.10.7	Responsabilidade do perito.....	548
7.2.10.8	Assistentes técnicos.....	548

7.2.10.9	Escusa, impedimento e suspeição.....	548
7.2.10.10	Substituição do perito.....	549
7.2.10.11	O juiz e o laudo pericial.....	550
7.2.11	Inspeção judicial.....	552
7.2.11.1	Procedimento.....	553
8.	Fase decisória.....	554
8.1	Considerações gerais.....	554
8.2	Conceito de sentença.....	555
8.3	Sentença terminativa.....	555
8.3.1	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito.....	555
8.4	Sentença definitiva.....	559
8.5	Elementos essenciais da sentença.....	563
8.5.1	Ausência de fundamentação.....	564
8.6	Classificação e efeitos das sentenças definitivas.....	567
8.7	Conformação da sentença ao pedido.....	569
8.8	Sentenças <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i>	570
8.9	Sentença condicional.....	571
8.10	Sentença e fato superveniente.....	572
8.11	Modificação da sentença.....	573
8.12	Efeitos da sentença.....	574
8.13	Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa.....	575
8.14	Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade.....	578
8.15	Remessa necessária (art. 496).....	578
9.	Coisa julgada.....	582
9.1	Introdução.....	582
9.2	Conceito de coisa julgada.....	583
9.3	Limites da coisa julgada.....	585
9.3.1	Limites objetivos da coisa julgada.....	585
9.3.1.1	Coisa julgada e questão prejudicial.....	587
9.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada.....	589
9.4	Coisa julgada e relação jurídica continuativa.....	591
9.5	Coisa julgada nas ações coletivas.....	591
9.5.1	Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos...	593
9.5.2	Coisa julgada e direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	595
9.5.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	595
9.5.4	A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas.....	596
9.6	Relativização da coisa julgada.....	597
9.7	Outros aspectos da coisa julgada.....	601
10.	Liquidação de sentença (arts. 509 a 512).....	603
10.1	Noções gerais.....	603

10.2	Determinação do valor da condenação por cálculo do credor	603
10.3	Liquidação na pendência de recurso	604
10.4	Procedimento.....	604
10.4.1	Liquidação por arbitramento.....	605
10.4.2	Liquidação pelo procedimento comum	606
10.5	Outros aspectos da liquidação.....	606
2	Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538).....	609
1.	Introdução.....	609
2.	Títulos executivos judiciais.....	610
3.	Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença	614
3.1	Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado e inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes	619
4.	Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	622
4.1	Procedimento.....	624
5.	Cumprimento definitivo	625
5.1	Honorários advocatícios no cumprimento definitivo	632
5.2	Moratória legal e cumprimento de sentença	632
5.3	Impugnação (defesa do devedor).....	633
5.3.1	Legitimidade	635
5.3.2	(Des)necessidade de prévia garantia do juízo	635
5.3.3	Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação	635
5.3.4	Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo	641
5.3.5	Alegação de fato superveniente.....	642
6.	Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos.....	644
6.1	Introdução	644
6.2	Cumprimento da sentença pelo meio coercitivo da prisão	646
6.3	Cumprimento da sentença pela expropriação de bens.....	648
6.4	Cumprimento da sentença mediante desconto em folha.....	649
6.5	Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios	649
6.6	Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios.....	650
6.7	Abandono material	652
7.	Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	653
7.1	Introdução	653
7.2	Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública.....	653
7.2.1	Pagamento por meio de precatório.....	653
7.2.2	Pagamento por meio de RPV	655
7.2.3	Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 da CF/1988.....	658
7.3	Procedimento.....	658
7.3.1	Impugnação e condenação em honorários.....	659

7.3.1.1	Honorários na execução invertida	660
7.3.1.2	Honorários nas condenações em ações coletivas.....	661
8.	Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer	662
8.1	Cumprimento provisório da multa.....	663
9.	Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa.....	665
9.1	Benfeitorias e direito de retenção e indenização	665
3	Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009.....	667
1.	O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis	667
1.1	Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995)	668
1.2	Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001).....	669
1.3	Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009).....	670
2.	Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....	670
3.	Composição dos Juizados Especiais Cíveis.....	672
4.	Competência dos Juizados Especiais Cíveis	673
4.1	Considerações gerais.....	673
4.2	Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	674
4.3	Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	677
4.3.1	Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais....	680
4.4	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	681
5.	Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	682
5.1	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	683
5.2	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	684
5.3	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	685
6.	Capacidade postulatória.....	686
7.	Intervenção de terceiro e litisconsórcio	688
7.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	688
7.1.1	Procedimento	690
8.	Intervenção do Ministério Público	691
9.	Medidas de urgência.....	691
10.	Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis.....	692
10.1	Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais.....	693
10.2	Os atos processuais nos Juizados Especiais federais	693
10.3	Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	694
11.	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	694
12.	Seqüência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais	695

12.1	Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais.....	695
12.2	Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais.....	697
12.3	Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	698
13.	Recursos cabíveis.....	699
13.1	Considerações gerais.....	699
13.2	Recurso inominado contra sentença (apelação)	701
13.3	Embargos de declaração contra sentença ou acórdão	703
13.4	Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela... ..	704
13.5	Recurso extraordinário.....	705
13.6	Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência	706
14.	Outros meios de impugnação das decisões	709
15.	O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	713
16.	Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo	713
17.	Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais	716
17.1	Juizados Especiais estaduais.....	716
17.2	Juizados Especiais federais	718
17.3	Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	720

Parte Especial

Parte III – Procedimentos Especiais

1	Procedimentos especiais (arts. 539 a 770)	729
1.	Introdução.....	729
2.	Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549).....	730
2.1	Noções gerais	730
2.2	Hipóteses autorizadoras da consignação.....	733
2.3	Objeto da consignação em pagamento.....	735
2.4	Modalidades de consignação	735
2.4.1	Consignação extrajudicial.....	735
2.4.2	Consignação judicial.....	737
2.5	Legitimidade para a ação de consignação.....	738
2.5.1	Legitimidade ativa.....	738
2.5.2	Legitimidade passiva.....	739
2.6	Foro competente.....	739
2.7	Procedimentos da consignação	739
2.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	740
2.8.1	Consignação de prestações sucessivas.....	741
2.8.2	Valor da causa	742
2.8.3	Citação.....	742

2.8.4	Atitudes do réu	743
2.8.5	Respostas do réu.....	743
2.8.6	Complementação do depósito.....	744
2.9	Instrução.....	745
2.10	Sentença.....	745
2.11	Outros aspectos da consignação em pagamento.....	745
2.11.1	Consignação principal e consignação incidente.....	745
2.11.2	Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito.....	746
2.11.3	Resgate de aforamento.....	746
3.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553).....	749
3.1	Noções gerais.....	749
3.2	Prazo prescricional.....	750
3.3	Legitimidade.....	750
3.4	Competência.....	751
3.5	Procedimento.....	752
3.5.1	Primeira fase.....	752
3.5.1.1	Respostas possíveis.....	753
3.5.1.2	Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas.....	755
3.5.2	Segunda fase.....	755
3.5.3	Sucumbência na ação de exigir contas.....	757
4.	Ações possessórias (arts. 554 a 568).....	760
4.1	Noções gerais sobre a posse.....	760
4.2	Natureza jurídica da posse.....	761
4.3	Classificação da posse.....	761
4.4	Proteção possessória.....	762
4.4.1	Uma pitada de história.....	762
4.4.2	O juízo possessório e o juízo petitório.....	763
4.4.3	Ações possessórias típicas.....	764
4.4.4	A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência.....	765
4.4.5	Outros mecanismos para a tutela da posse.....	767
4.5	Fungibilidade das possessórias.....	768
4.6	Natureza dúplice das ações possessórias.....	769
4.7	Procedimento das ações possessórias.....	769
4.7.1	Legitimação e intervenção de terceiros.....	769
4.7.2	Competência.....	770
4.7.3	Petição inicial.....	772
4.7.4	Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar, mediante justificação prévia ou em qualquer momento procedimental.....	774

4.7.4.1	Justificação prévia	775
4.7.5	Respostas do réu.....	776
4.7.5.1	Reconvenção	777
4.7.5.2	A exceção de domínio	778
4.8	Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos.....	779
4.9	Ações possessórias em espécie e a (des)necessidade de caução	780
4.10	Litígios coletivos pela posse de bem imóvel	781
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598).....	786
5.1	Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação	786
5.2	Procedimento da ação demarcatória	787
5.3	Procedimento da ação divisória	789
5.4	Demarcação e divisão por escritura pública.....	789
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609).....	791
6.1	Introdução.....	791
6.2	Objeto	791
6.3	Legitimidade	792
6.4	Competência	794
6.5	Procedimento.....	794
6.5.1	Especificidades quanto à exclusão de sócios minoritário e majoritário	795
7.	Inventário e partilha (arts. 610 a 673)	798
7.1	Introdução.....	798
7.2	Espécies de inventário.....	800
7.3	Inventário negativo	800
7.4	Inventário extrajudicial.....	800
7.5	Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial.....	803
7.5.1	Legitimidade	803
7.5.2	Competência.....	804
7.5.3	Intervenção do Ministério Público.....	805
7.5.4	Petição inicial.....	805
7.5.5	Administração provisória e inventariança.....	806
7.5.6	Primeiras declarações	807
7.5.7	Citação.....	808
7.5.8	Impugnação às primeiras declarações.....	808
7.5.9	Avaliação dos bens e últimas declarações	809
7.5.10	Pagamento das dívidas do autor da herança	810
7.5.11	Colaço e sonegação	810
7.6	A partilha propriamente dita	811
7.6.1	Sobrepilha	813
7.6.2	Invalidação da partilha.....	813
7.6.3	Partilha e a sucessão do nascituro.....	813

7.7	Procedimento do arrolamento sumário	814
7.8	Procedimento do arrolamento comum	815
8.	Embargos de terceiro (arts. 674 a 681)	822
8.1	Noções gerais	822
8.2	Legitimidade para os embargos.....	823
8.2.1	Legitimidade ativa.....	823
8.2.1.1	Legitimidade ativa do promissário comprador.....	826
8.2.2	Legitimidade passiva.....	827
8.3	Competência	827
8.4	Momento para a oposição dos embargos de terceiro	828
8.5	Procedimento.....	829
8.5.1	Petição inicial.....	829
8.5.2	Da liminar	830
8.5.3	Citação.....	830
8.5.4	Contestação.....	830
8.5.5	Sentença.....	831
8.6	Outras questões processuais	832
8.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica	832
8.6.2	Embargos de terceiro e fraudes	833
9.	Oposição (arts. 682 a 686).....	838
9.1	Introdução.....	838
9.2	Aspectos da oposição.....	838
9.3	Procedimento.....	838
10.	Habilitação (arts. 687 a 692)	840
10.1	Considerações gerais.....	840
10.2	Aspectos do procedimento da habilitação	841
11.	Ações de família (arts. 693 a 699)	842
11.1	Introdução.....	842
11.2	Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010	842
11.2.1	Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010	844
11.3	Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos	845
11.3.1	Legitimidade e intervenção de terceiros	846
11.3.2	Contestação.....	847
11.3.3	Reconvenção	847
11.3.4	Revelia.....	848
11.3.5	Tutelas provisórias.....	849
11.3.6	Sentença.....	850
11.4	Implicações da dissolução matrimonial	850
11.4.1	O nome de casado.....	850
11.4.2	Os alimentos	851
11.4.3	Guarda dos filhos	853

11.5	Reconhecimento e extinção de união estável	853
11.5.1	União estável como entidade familiar	853
11.5.2	Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável.....	855
11.5.3	Extinção da união estável.....	857
11.6	Guarda, visitação e filiação	858
11.6.1	A questão da guarda compartilhada.....	859
11.6.2	Investigação de paternidade	860
11.7	Especificidades das ações de família.....	863
11.7.1	Foro competente.....	863
11.7.2	Incentivo à conciliação e mediação	864
11.7.3	Citação.....	865
11.7.4	Intervenção do Ministério Público.....	865
11.7.5	Alienação parental	866
12.	Ação monitória (arts. 700 a 702).....	868
12.1	Introdução.....	868
12.2	Natureza jurídica da ação monitória	870
12.3	Legitimidade e interesse de agir	871
12.4	Prova documental como pressuposto da tutela monitória	873
12.5	Objeto da ação monitória.....	877
12.6	Competência.....	877
12.7	Procedimento.....	878
12.7.1	Petição inicial.....	878
12.7.2	Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitório	879
12.7.3	Citação.....	879
12.7.4	Respostas possíveis do devedor.....	880
12.7.5	Natureza jurídica dos embargos monitórios	881
12.7.6	Processamento dos embargos.....	882
12.8	Sentença.....	883
12.9	Coisa julgada.....	884
12.10	Execução	885
12.11	Outras questões processuais	886
12.11.1	Possibilidade de ajuizamento de ação monitória em face da Fazenda Pública.....	886
12.11.2	Ação monitória contra incapazes.....	887
12.11.3	Ação monitória contra massa falida e devedor insolvente	887
12.11.4	Litigância de má-fé.....	888
13.	Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706)	890
13.1	Introdução.....	890
13.2	Homologação judicial	891

13.3	Homologação extrajudicial	891
14.	Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711)	893
15.	Restauração de autos (arts. 712 a 718).....	895
16.	Procedimentos especiais extintos com o CPC/2015.....	897
2	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770)	899
1.	Disposições gerais	899
1.1	Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária	900
1.2	Procedimentos previstos no art. 725.....	904
2.	Notificação e interpelação (arts. 726 a 729).....	906
3.	Alienações judiciais (art. 730)	908
4.	Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734)	909
4.1	Noções gerais	909
4.1.1	A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges?	910
4.1.2	Manutenção da separação judicial e extrajudicial	912
4.2	Separação judicial consensual	914
4.3	Divórcio judicial consensual.....	915
4.4	Extinção consensual de união estável.....	915
4.5	Alteração do regime de bens do matrimônio	916
4.6	Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável	918
4.6.1	Petição inicial.....	918
4.6.2	Tentativa preliminar de reconciliação	919
4.6.3	Sentença.....	920
4.7	Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais.....	921
4.7.1	Generalidades	921
4.7.2	Via administrativa: faculdade ou imposição?.....	922
4.7.3	As formalidades da escritura pública	923
4.7.3.1	Conteúdo da escritura pública	924
4.7.3.2	Efeitos da escritura	925
4.7.4	Presença do advogado	925
4.7.5	Condições para o acesso à via extrajudicial.....	926
4.7.6	Atuação do Ministério Público.....	926
4.7.7	O papel do tabelião	926
5.	Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737).....	931
6.	Herança jacente (arts. 738 a 743).....	934
7.	Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745)	935
7.1	Disposições suprimidas pelo CPC atual	936

8. Das coisas vagas (art. 746)	937
9. Da interdição (arts. 747 a 758)	938
9.1 Considerações gerais	938
9.2 Procedimento da interdição	941
9.2.1 Competência	941
9.2.2 Legitimidade	942
9.2.3 Competência	943
9.2.4 Petição inicial	944
9.2.5 Citação e demais atos do processo	945
9.2.6 Levantamento da curatela	947
9.2.7 Interdição parcial	948
9.3 Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763)	949
10. Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765)	952
10.1 Elaboração, aprovação e alteração do estatuto	952
10.2 Extinção da fundação	953
11. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770)	954
11.1 Noções gerais	954
11.2 Procedimento	955

Parte Especial

Parte IV – Processo de Execução

1 Teoria geral da execução (arts. 771 a 796)	959
1. Introdução	959
2. Tutela executiva	960
3. Competência para a execução	964
3.1 Modificação ou prorrogação da competência	965
3.2 Prevenção do juízo executivo	965
3.3 Declaração de incompetência na execução	966
3.4 Conflito de competência na execução	966
4. A ação de execução	967
4.1 Requisitos processuais da ação executiva	967
4.1.1 Legitimidade para a execução	968
4.1.2 Interesse processual para a execução	969
4.2 Princípios da execução	970
5. Requisitos ou pressupostos processuais da execução	972
5.1 Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento	972
5.2 Pressupostos específicos do processo executivo	973
6. Títulos executivos	974

7.	Cumulação de execuções	981
8.	Atos do processo executivo.....	981
9.	Partes na execução	983
9.1	Posição do cônjuge ou companheiro na execução.....	986
9.2	Sucessão processual na execução	986
9.3	Litisconsórcio na execução	987
10.	Intervenção de terceiros no processo de execução	989
11.	Responsabilidade patrimonial.....	992
11.1	Responsabilidade originária.....	992
11.2	Responsabilidade secundária.....	992
11.3	Responsabilidade envolvendo direito de superfície.....	994
11.4	Fraude à execução	994
11.4.1	Fraude à execução e bem não sujeito a registro	996
11.4.2	Efeitos da alienação.....	996
11.4.3	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	997
11.4.4	Fraude à execução x fraude contra credores.....	998
12.	Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	999
2	Execuções em espécie (arts. 797 a 913).....	1005
1.	Introdução.....	1005
2.	Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813).....	1007
2.1	Execução para entrega de coisa certa.....	1007
2.2	Execução para entrega de coisa incerta	1008
3.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823)	1010
3.1	Considerações gerais.....	1010
3.2	Execução das obrigações de fazer	1010
3.3	Execução das obrigações de não fazer	1012
4.	Execução por quantia certa (arts. 824 a 909).....	1013
4.1	Considerações gerais.....	1013
4.2	Proposição da ação de execução.....	1014
4.2.1	Averbação da execução nos registros públicos.....	1014
4.3	Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora	1016
4.3.1	Impenhorabilidade.....	1020
4.3.2	Aspectos importantes relativos ao bem de família	1029
4.3.3	Indicação de bens à penhora	1036
4.3.4	Penhora por termo nos autos	1039
4.3.5	Arresto ou penhora <i>on-line</i>	1039
4.3.6	Penhora sobre bem indivisível	1045
4.3.7	Penhora de créditos.....	1046
4.3.7.1	Penhora no rosto dos autos.....	1047
4.3.7.2	Penhora de mão própria.....	1048

4.3.8	Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas	1048
4.3.9	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1049
4.3.10	Penhora de percentual de faturamento de empresa	1050
4.3.11	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1051
4.3.12	Avaliação dos bens penhorados	1053
4.3.13	Intimação da penhora	1054
4.3.14	Substituição da penhora	1058
4.3.15	Natureza e efeitos da penhora	1059
4.4	Expropriação	1060
4.4.1	Adjudicação	1060
4.4.2	Alienação (por iniciativa particular e por leilão judicial)	1064
4.4.2.1	Atos preparatórios	1066
4.4.2.2	Do leilão	1068
4.4.2.3	Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação	1072
4.4.2.4	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação	1073
4.4.2.5	Desfazimento da arrematação	1075
4.4.2.6	Desistência unilateral do arrematante	1076
4.4.3	Apropriação de frutos e rendimentos	1076
4.5	Satisfação do crédito	1077
4.5.1	Pagamento parcelado	1078
4.5.2	Concurso de preferência	1079
4.5.3	Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados	1080
5.	Execução contra a Fazenda Pública (art. 910)	1086
5.1	Embargos à execução contra a Fazenda Pública	1087
6.	Execução de alimentos (arts. 911 a 913)	1090
7.	Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980)	1093
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973)	1107
8.1	Noções gerais	1107
8.2	Caracterização da insolvência	1109
8.3	Legitimação para a insolvência	1110
8.4	Competência para a insolvência	1110
8.5	Procedimento da insolvência	1110
8.5.1	Etapa de conhecimento	1111
8.5.2	Etapa da administração	1112
8.5.3	Etapa da liquidação	1113
8.6	Outros aspectos do processo de insolvência	1114
3	Embargos do executado (arts. 914 a 920)	1117
1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica	1117

2.	Embargabilidade da execução	1118
3.	Legitimidade e prazo para os embargos do executado	1119
4.	Juízo competente	1121
5.	Embargos à execução.....	1121
5.1	Matérias arguíveis nos embargos à execução	1122
5.2	Procedimento dos embargos.....	1125
5.2.1	Postulação	1125
5.2.2	Cognição preliminar.....	1127
5.2.3	Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos	1130
5.2.4	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	1130
5.2.5	Impugnação aos embargos.....	1132
5.2.6	Audiência e julgamento dos embargos.....	1133
5.3	Parcelamento do objeto da execução.....	1134
6.	Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos	1135
4	Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925)	1141
1.	Suspensão e extinção do processo de execução	1141
1.1	Da suspensão do processo executivo.....	1141
1.2	Da extinção da execução	1143
1.3	Prescrição intercorrente	1144
1.3.1	Prescrição intercorrente e necessidade de intimação pessoal	1148

Parte Especial

Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

1	Precedente judicial (arts. 926 e 927)	1153
1.	Introdução.....	1153
2.	Precedentes	1153
2.1	Noções fundamentais	1153
2.1.1	<i>Common law, civil law e stare decisis</i>	1153
2.1.2	<i>Civil law</i> e a questão da segurança jurídica	1155
2.1.3	A convivência com o <i>stare decisis</i>	1156
2.1.4	Distinção: métodos e resultados da aplicação do <i>distinguishing</i> ...	1157
2.1.5	Incorporação do <i>overruling</i> e modulação dos efeitos das decisões.....	1158
2.2	A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro.....	1160
2.3	A força normativa dos precedentes no Código de Processo Civil de 2015.....	1161
2.3.1	Fundamentação das decisões judiciais.....	1162

2.3.2	Uniformização da jurisprudência	1163
2.3.3	Precedentes obrigatórios.....	1165
2.3.4	Precedentes e julgamento de improcedência liminar.....	1168
2.3.5	Precedentes e reclamação constitucional.....	1169
2.4	Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no CPC.....	1170
2	Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 a 993)	1175
1.	Introdução.....	1175
2.	Ordem dos processos nos tribunais.....	1175
2.1	Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tribunais.....	1175
2.2	Das atribuições do relator	1177
2.3	Da preparação e do julgamento.....	1181
3.	Processos de competência originária dos tribunais.....	1187
3.1	Incidente de assunção de competência (art. 947)	1187
3.1.1	Noções gerais.....	1187
3.1.2	Requisitos	1187
3.1.3	Procedimento	1188
3.2	Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950).....	1189
3.2.1	Noções gerais.....	1189
3.2.2	Legitimidade e momento para arguição da inconstitucionalidade.....	1191
3.2.3	Procedimento	1191
3.2.4	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	1192
3.3	Conflito de competência (arts. 951 a 959)	1193
3.4	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória (arts. 960 a 965)	1194
3.4.1	Noções gerais.....	1194
3.4.2	Execução de medidas de urgência	1196
3.4.3	Requisitos e competência.....	1196
3.4.4	Procedimentos.....	1197
3.4.5	Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira	1197
3.5	Ação rescisória (arts. 966 a 975).....	1199
3.5.1	Considerações gerais	1199
3.5.2	Decisão de mérito	1200
3.5.3	Natureza jurídica da ação rescisória	1202
3.5.4	Pressupostos da ação rescisória.....	1202
3.5.5	Rescisão × anulação do julgado	1213
3.5.6	Competência	1214
3.5.7	Legitimidade ativa.....	1215

3.5.8	Legitimidade passiva.....	1217
3.5.9	Prazo	1218
3.5.10	Procedimento da ação rescisória.....	1220
3.5.10.1	Petição inicial (art. 968).....	1220
3.5.10.2	Depósito prévio	1223
3.5.10.3	Valor da causa	1224
3.5.10.4	Rescisão do julgado (<i>iudicium rescindens</i>) e reju- gamento da demanda (<i>iudicium rescisorium</i>)	1224
3.5.11	Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescin- denda	1226
3.5.12	Defesa do réu	1226
3.5.13	Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória	1227
3.5.14	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória	1228
3.6	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987).....	1238
3.6.1	Para uma melhor compreensão do instituto	1238
3.6.2	Diferenças e semelhanças com outros institutos	1241
3.6.3	Procedimento	1242
3.6.4	Suspensão dos processos	1244
3.6.5	Publicidade e manifestação de interessados	1244
3.6.6	Fundamentos do acórdão e recurso.....	1245
3.6.7	Tese paradigma e força normativa	1245
3.7	Reclamação (arts. 988 a 993)	1247
3.7.1	Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto	1247
3.7.2	Procedimento da reclamação no CPC atual.....	1250
3.7.2.1	Esgotamento de instâncias	1253
3	Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008)	1255
1.	Teoria geral dos recursos.....	1255
1.1	Conceito.....	1255
1.2	Espécies e classificação dos recursos	1256
1.3	Princípios fundamentais dos recursos.....	1257
1.3.1	Duplo grau de jurisdição.....	1257
1.3.2	Taxatividade.....	1258
1.3.3	Singularidade	1258
1.3.4	Fungibilidade	1259
1.3.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1261
1.3.6	Voluntariedade	1262
1.3.7	Dialeticidade	1262
1.3.8	Preclusão consumativa e complementaridade	1264
1.4	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	1265
1.4.1	Cabimento.....	1267
1.4.2	Legitimidade	1268

1.4.3	Interesse.....	1269
1.4.3.1	Interesse recursal e cumulação de pedidos.....	1271
1.4.3.2	Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso	1272
1.4.4	Tempestividade.....	1275
1.4.5	Preparo	1281
1.4.6	Regularidade formal	1284
1.4.7	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer	1285
1.5	Efeitos dos recursos.....	1285
1.5.1	Efeito devolutivo.....	1285
1.5.2	Efeito translativo	1286
1.5.3	Efeito suspensivo	1287
1.5.4	Efeito substitutivo, expansivo e ativo.....	1287
1.5.5	Efeito regressivo	1288
1.6	Alcance do recurso do litisconsorte.....	1288
1.7	Recurso adesivo.....	1289
4	Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044)	1295
1.	Apelação (arts. 1.009 a 1.014).....	1295
1.1	Conceito.....	1295
1.2	Extinção do agravo retido e apelação no CPC vigente.....	1296
1.2.1	O agravo retido no CPC/1973	1296
1.2.2	A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias	1298
1.3	Efeitos da apelação	1298
1.3.1	Efeito devolutivo e translativo	1299
1.3.2	Aplicação da teoria da causa madura	1301
1.3.3	Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação	1303
1.3.4	Efeito suspensivo.....	1303
1.4	Procedimento na apelação	1307
1.4.1	Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial	1308
1.4.2	Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332.....	1308
1.4.3	Substitutivo dos embargos infringentes	1308
2.	Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020)	1313
2.1	Noções gerais	1313
2.2	Hipóteses de cabimento.....	1313
2.2.1	Ampliação do rol do art. 1.015 pela via interpretativa.....	1319
2.3	Procedimento.....	1320
2.3.1	Prazo e formação do instrumento	1320

2.3.2	Comunicação ao juízo de primeiro grau.....	1322
2.3.3	Procedimento no tribunal.....	1323
2.3.4	Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de re- tração.....	1324
2.3.5	Ampliação do órgão colegiado.....	1324
3.	Agravo interno (art. 1.021).....	1328
4.	Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026).....	1331
4.1	Conceito e cabimento.....	1331
4.2	Embargos com efeitos modificativos (infringentes).....	1333
4.3	Embargos para efeito de questionamento.....	1334
4.4	Procedimento.....	1335
4.4.1	Intempestividade por prematuridade.....	1336
4.5	Efeitos.....	1336
4.6	Embargos manifestamente protelatórios.....	1338
5.	Recurso ordinário (art. 1.027).....	1340
5.1	Conceito e cabimento.....	1340
5.2	Procedimento.....	1342
6.	Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035).....	1343
6.1	Aspectos em comum.....	1343
6.1.1	Juízo de admissibilidade.....	1346
6.1.2	Vício formal em RE e REsp.....	1347
6.1.3	Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1348
6.1.4	Efeito suspensivo do RE e do REsp.....	1349
6.1.5	Efeito devolutivo do RE e do REsp.....	1350
6.1.6	Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibili- dade.....	1350
6.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	1352
6.3	Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário	1353
6.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	1355
6.5	Procedimento dos recursos especial e extraordinário.....	1356
6.6	Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041).....	1358
6.6.1	Particularidades do sobrestamento.....	1361
7.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042).....	1362
8.	Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044).....	1367
8.1	Noções gerais.....	1367
8.2	Cabimento.....	1367
8.3	Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordi- nário.....	1369

Parte VI

Disposições Finais e Transitórias

Capítulo Único	Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072)	1373
1.	Introdução	1373
2.	A <i>vacatio legis</i> do CPC	1373
3.	Aplicação do CPC atual aos processos em curso	1374
3.1	Processos regulados pelo CPC/1939	1376
4.	Processos com tramitação prioritária (art. 1.048)	1377
5.	Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051)	1378
6.	Insolvência civil	1379
7.	Regras especiais de transição	1379
7.1	As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do CPC atual	1379
7.2	Prescrição intercorrente	1380
7.3	Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional	1381
7.4	Depósitos judiciais	1382
7.5	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	1382
8.	Alterações legislativas	1383
8.1	Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996	1383
8.2	Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem	1383
8.3	Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais	1384
8.3.1	Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais	1384
8.3.2	Embargos de declaração	1385
8.4	Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral	1386
9.	Dispositivos revogados	1387
10.	Usucapião administrativa ou extrajudicial	1389
10.1	Competência	1390
10.2	Requerimento da parte interessada	1390
10.3	Procedimento	1391
10.4	Não obrigatoriedade da via administrativa	1392
10.5	Intervenção do Ministério Público	1392
Referências bibliográficas		1395